

# Posição do Eximbank não é isolada, diz economista

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O endurecimento da posição do Eximbank em relação ao Brasil, com a suspensão de novos financiamentos até que os atrasados sejam pagos, faz parte de uma pressão generalizada que os Estados Unidos passaram a exercer sobre o País, cujo debate deve "esquentar" a partir do próximo semestre, quando o governo brasileiro tiver que definir a estratégia mais adequada para enfrentar esse fogo cerrado. A interpretação é do chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas e ex-assessor especial do governo para Assuntos de Dívida Externa, Paulo Nogueira Batista Júnior.

Segundo ele, os Estados Unidos estão abrindo fogo simultaneamente em quatro direções: primeiro, contra a lei de informática, que limita as exportações norte-americanas para o Brasil na área da tecnologia de ponta; depois, contra a posição brasileira desfavorável à inclusão do item serviços na regulamentação do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), oposta aos interesses norte-americanos de ampliarem exportações nesse setor; pressões contra o governo em relação à Resolução 63 (que regulamenta os repasses interbancários de empréstimos obtidos no Exterior) para que os credores estrangeiros do Maisonnave, Comind e Auxiliar recebam o total do que emprestaram, mesmo sabendo que o crédito não era garantido pelo governo e tendo cobrado taxas de risco mais altas; e, finalmente, pressões para que o Brasil pague não só os juros da dívida com o Clube de Paris, mas também boa parte do principal dessa dívida, o que significaria aumento de transferências de recursos para o Exterior (só no ano passado, o montante dessa transferência — US\$ 11,2 bilhões — foi sete vezes maior que o empregado no programa de prioridades sociais).

O total de atrasados do Brasil com o Clube de Paris — que reúne agências oficiais de financiamento dos países industrializados — referente a 85/86 (o Brasil suspendeu o pagamento dos juros desde o início do ano passado) chega a US\$ 3,5 bilhões: são US\$ 2 bilhões relativos a 85 (US\$ 700 milhões de juros e US\$ 1,3 bilhão do principal da dívida) e mais US\$ 1,5 bilhão relativo a 86 (US\$ 400 milhões de juros e US\$ 1,1 bilhão do principal). A posição do Brasil de querer manter o FMI fora das discussões continua sendo um problema para a renegociação, diz Paulo Nogueira. "Não se deve abrigar ilusões de que o Brasil será recebido de braços abertos para renegociações com os credores internacionais só porque fez um plano de estabilização econômica", avalia Nogueira Batista.